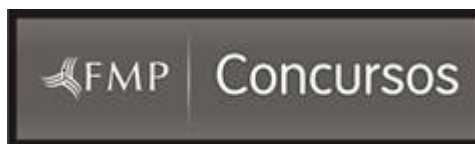


XXII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS PARA O CARGO DE PROMOTOR DE
JUSTIÇA SUBSTITUTO DO ESTADO DE RONDÔNIA

**GRUPO III - ESPELHO DE RESPOSTA DA QUESTÃO 1 – PRÁTICA DE DIREITO
CONSTITUCIONAL – Banca: Dr. José Luiz Bolzan de Moraes**

Valor da Peça: 4,0

REQUISITOS DA RESPOSTA	PONTUAÇÃO
1. Escolha da peça adequada à situação	0,4
2. Definição correta do proponente legitimado e do órgão judicial a quem deve ser dirigida a peça processual	0,4
3. Fundamentação constitucional, com a consideração dos vários aspectos envolvidos. (Aplicação ao celetista municipal, princípio federativo, organização dos serviços locais)	1,6
4. Apresentação de pedidos alternativos (procedência e/ou interpretação conforme)	0,4
5. Diálogo crítico com a jurisprudência do STF	0,4
6. O emprego correto da língua portuguesa, bem como a adequação discursiva das respostas (coerência e concatenação das ideias).	0,4
7. Completude da resposta	0,4



Fundação Escola Superior do
Ministério Público do Rio Grande do Sul

XXII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS PARA O CARGO DE PROMOTOR DE
JUSTIÇA SUBSTITUTO DO ESTADO DE RONDÔNIA

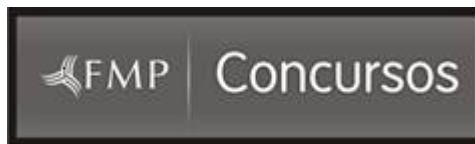
GRUPO III – ESPELHO DE RESPOSTA DA QUESTÃO 2 – DIREITO

ADMINISTRATIVO - Banca: Dr. Maurício Martins Reis

Valor da Questão: 2,0

Disserte sobre a importância do direito administrativo sancionador no universo de atuação do membro do Ministério Público (promotor de justiça), levando em conta as principais características desse modelo e os respectivos fundamentos jurídicos. Em continuidade, discorra sobre pelo menos quatro temas ou assuntos capazes de ilustrar as implicações hermenêuticas problemáticas – atualmente percebidas pela doutrina especializada – oriundas da aplicação dos dispositivos constantes da Lei Anti-Corrupção para condutas por ela consideradas como atos lesivos à Administração Pública, cuja controvérsia deve ser relacionada ao abstrato conflito daquela legislação com outros diplomas normativos sancionadores concernentes à tutela da probidade no trato da coisa pública.

Temas avaliados	Pontuação
Importância do direito administrativo sancionador	0,28
Principais características do direito administrativo sancionador	0,28
Fundamentos jurídicos (constitucionais e ordinários) do direito administrativo sancionador	0,16
Implicações hermenêuticas (quatro), com as respectivas menções de preceitos legais pertinentes comparados	0,32 cada (1,28 total)
Total	2,0



Fundação Escola Superior do
Ministério Público do Rio Grande do Sul

XXII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS PARA O CARGO DE PROMOTOR DE
JUSTIÇA SUBSTITUTO DO ESTADO DE RONDÔNIA

**GRUPO III – ESPELHO DE RESPOSTA DA QUESTÃO 3 – DIREITO DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE - Banca: Dra. Maria Regina Fay de Azambuja**

“TODA CRIANÇA E ADOLESCENTE TEM DIREITO A SER CRIADO E EDUCADO NO SEIO DE SUA FAMÍLIA E, EXCEPCIONALMENTE, EM FAMÍLIA SUBSTITUTA, ASSEGURADA A CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA, EM AMBIENTE LIVRE DA PRESENÇA DE PESSOAS DEPENDENTES DE SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES”.

Artigo 19, “caput”, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Luciana, com 30 anos, grávida, foi presa em flagrante por ter sido encontrado três tijolos de maconha embaixo do colchão, localizado na pequena peça em que residia com o companheiro, que havia conhecido há seis meses, além de quatro filhos que contavam na ocasião com seis, quatro, três e dois anos. Com a prisão de Luciana, as quatro crianças foram encaminhadas a acolhimento institucional. No período em que Luciana se encontrava privada de liberdade, nasceu o quinto filho, uma menina, que recebeu o nome de Caroline, registrada apenas no nome da mãe. Dez meses após a prisão, Caroline, com cinco meses de idade, permanecia na companhia da mãe no presídio, ao passo que os outros quatro filhos de Luciana, no acolhimento institucional, localizado a 250 km de distância da casa prisional. Mesmo não havendo ordem judicial vedando o contato dos quatro filhos com a mãe, no período de dez meses, Luciana não teve qualquer contato com os quatro filhos acolhidos institucionalmente.

Com base nas informações acima, na condição de Promotor de Justiça com atuação na área da Infância e Juventude, indique as cinco medidas mais importantes a serem adotadas, no âmbito da proteção dos filhos de Luciana, para a garantia dos direitos previstos no artigo 227 da Constituição Federal de 1988, fundamentando as respostas com a indicação dos dispositivos legais previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

R E S P O S T A S

Valor da questão: dois pontos

a) Verificar se a equipe técnica da entidade de acolhimento elaborou o Plano Individual de Atendimento referente às quatro crianças acolhidas, buscando a reintegração familiar na família extensa. Artigo 101, § 4º, ECA.

PONTUAÇÃO : 0,4

b) Garantir que o acolhimento institucional se localize em local próximo à residência da família extensa ou à casa prisional, a fim de garantir a visita das crianças à mãe. Artigo 101, § 7º, ECA.; Artigo 19, § 4º, ECA.

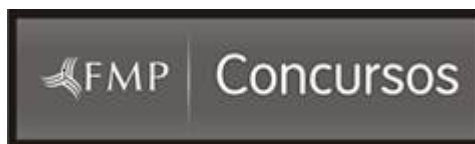
PONTUAÇÃO: 0,4

c) Verificar a necessidade de incluir a família extensa em programas oficiais de orientação, de apoio e de promoção social, sendo estimulado o contato com as crianças acolhidas. Artigo 101, § 7º, ECA.

PONTUAÇÃO: 0,4

d) Verificada a possibilidade de reintegração familiar (com o genitor ou com a família extensa), o responsável pelo programa de acolhimento institucional fará imediata comunicação à autoridade judiciária, que dará vista ao MP, pelo prazo de cinco dias, decidindo em igual prazo. Artigo 101, § 8º, ECA; sendo constatada a impossibilidade de reintegração das crianças à família de origem, o responsável pelo programa de acolhimento deverá enviar relatório ao Ministério Público, com a descrição pormenorizada das providências tomadas e a expressa recomendação, subscrita pelos técnicos da entidade ou responsáveis pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar, para a destituição do poder familiar. Art. 101, § 9º, ECA.
PONTUAÇÃO: 0,4

e) Considerando que Caroline não tem a paternidade definida, faz-se necessário deflagrar procedimento específico destinado à sua averiguação, conforme previsto na Lei nº 8.520, de 29/12/1992. Art. 102, § 3º, ECA.
PONTUAÇÃO: 0,4



Fundação Escola Superior do
Ministério Público do Rio Grande do Sul

XXII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS PARA O CARGO DE PROMOTOR DE
JUSTIÇA SUBSTITUTO DO ESTADO DE RONDÔNIA

GRUPO III – ESPELHO DE RESPOSTA DA QUESTÃO 4 – DIREITO AMBIENTAL

Banca: Dr. Ricardo Schinestski Rodrigues

Valor da Questão: 2,0

Em determinado rio brasileiro, cercado por indústrias e residências, ocorreu significativa tragédia ambiental, ocasionando a poluição do recurso hídrico e a mortandade de cerca de duas toneladas de peixes. O órgão ambiental responsável determinou a suspensão imediata das atividades das indústrias localizadas nas proximidades do curso d'água e a realização de perícia técnica em alguns indivíduos mortos e nas águas do rio, em diversos pontos, às expensas das citadas pessoas jurídicas. Os peritos concluíram que a mortandade de peixes ocorreu devido à falha no sistema de tratamento de efluentes das indústrias “X”, “Y” e “Z”, bem como pelo lançamento *in natura* de esgoto sanitário das residências situadas no bairro industrial desenvolvido pelo Município “A”. A partir do presente caso, analise e fundamente a atuação do referido órgão ambiental frente aos princípios do direito ambiental aplicáveis e disserte, fundamentadamente, a respeito das possíveis responsabilidades civil e penal ambientais dos envolvidos, com os consequentes desencadeamentos.

REQUISITOS DA RESPOSTA	PONTUAÇÃO
Análise, conceituação e fundamentação dos princípios de direito ambiental.	Supremacia do Interesse Público na conservação do Meio Ambiente: 0,1 Prevenção: 0,1 Precaução: 0,1 Poluidor-pagador: 0,1 Total: 0,4
Análise, conceituação e fundamentação sobre a responsabilidade civil ambiental	Fundamento Constitucional: 0,1 Responsabilidade Objetiva: 0,3 Identificação dos responsáveis civis (indústrias “X”, “Y” e “Z” e Município “A”): 0,2 Solidariedade: 0,1 Reparação Integral do Dano: 0,1 Dano moral coletivo: 0,2 Total: 1,0
Análise, conceituação e fundamentação sobre a responsabilidade penal ambiental	Responsabilidade Penal das Pessoas Jurídicas de Direito Privado: 0,1 Responsabilidade Penal das Pessoas Jurídicas de Direito Público (Município “A”). Possibilidade: 0,1 Identificação dos responsáveis penais (pessoas jurídicas: 0,1. pessoas físicas: 0,1. Concurso de agentes entre pessoas físicas e jurídicas: 0,1): 0,3 Tipificação penal: 0,1 Total: 0,6